



RELATOS DE EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: GRUPO ECOLÓGICO KAA-ETÉ

Débora Evangelista Reis Oliveira¹

GT 12 – História da Educação.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivos estudar o impacto dos trabalhos extraclasse desenvolvidos por um grupo histórico de 40 anos de existência com enfoque ecológico na comunidade escolar de Porto Alegre / RS que participa destas atividades de educação ambiental. Devido à imensa quantidade de informações científicas e culturais serem voltadas ao eixo Rio - São Paulo, raramente os professores de uma outra região dispõem de materiais didáticos que se refiram especificamente à sua região. Assim, as características e os problemas ambientais locais são desconsiderados/desconhecidos. O Grupo Ecológico Kaa-eté tem a preocupação em tratar e examinar as principais questões ambientais seja local, regional, nacional ou mesmo internacional com o escopo de promover uma consciência ambiental mais ampla e significativa.

Palavras-chaves: Grupo Ecológico Kaa-eté. Educação Ambiental. História da Educação Ambiental.

ABSTRACT

The research aims to study the impact of extracurricular work developed by an ecological group in the school community of Porto Alegre / RS participating in these activities. Due to the immense amount of scientific and cultural information is aimed at the Rio - São Paulo, rarely teachers from another region have educational materials that are specific to your region. Thus, the characteristics and local environmental problems are ignored / unknown. The Ecological Group Kaa-eté meets to treat and examine the key environmental issues are local, regional, national or even international with the aim of promoting a wider and significant environmental consciousness. Our school tradition, radically formal, has prevented the development of an educational culture that values heritage of knowledge that the student built (meaningful learning through informal activities) and builds out of the classroom space.

Keywords: Kaa-été Ecological Group . Environmental education. Middle study.

¹ ¹ Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Membro do GPFIMA (grupo de Pesquisa em Formação Interdisciplinar e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe –UFS. Email: deborareis@yahoo.com.br.; Esta Pesquisa sobre o Grupo Ecológico Kaa-eté é parte integrante da minha dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática na Universidade Luterana do Brasil, na cidade de Canoas no Rio Grande do Sul. ULBRA/RS.



INTRODUÇÃO

Todo o ser humano vive em grupo. É vivendo em grupo, socialmente, que ele aprende e desenvolve as atitudes e comportamentos básicos, que lhe possibilitam realizar-se como pessoa. Ao reunir-se para trabalhar em grupo os alunos buscam complementar os métodos de ensino e assimilar de forma ativa os temas trabalhados em aula. O estudo do meio ambiente e da educação ambiental mais do que comprovar a necessidade humana de agrupar-se, é um componente do processo de ensino pelo qual a matéria de ensino como fatos, acontecimentos, problemas e idéias é trabalhada no seu relacionamento com fatos socioambientais a eles conexos. O estudo do meio ambiente refere-se a todos os procedimentos que possibilitam o levantamento a discussões e a compreensão de problemas concretos do cotidiano do estudante, da sua família, do seu trabalho, da sua cidade, região ou país.

Neste estudo, pesquisou um grupo, sua história, sua organização e sua influência sobre a comunidade escolar observando como as atividades desenvolvidas pelo grupo Kaa-eté são percebidas, compreendidas e vivenciadas durante os 40 anos letivos ao longo de sua existência.

O grupo Kaa-eté, através de suas reuniões quinzenais ou semanais atendem a essas necessidades tentando garantir o cumprimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (que preconizam que a interdisciplinaridade formada com uma prática educacional sincronizada e sintonizada com a sociedade, integra o ser humano com o pleno conhecimento) e do artigo 3º, inc. X da LDB 9394/96. O Grupo Ecológico Kaa-eté nasceu com a missão de promover a defesa da natureza e também de difundir a Educação Ambiental, idéias e projetos que nos parece atuais. O grupo já discute e trabalha educação ambiental no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, desde 1978. Foi pioneiro na defesa ambiental, pois a introdução das questões ambientais nos currículos escolares do Brasil data da década de 80, e ganha novo impulso após a Rio-92. Atualmente, a Educação Ambiental amplia cada vez mais seu espaço nos sistemas de ensino, em decorrência dos PCN's e Temas Transversais da Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Acreditamos que a divulgação da história e dos trabalhos desenvolvidos extraclasse, por grupos de estudantes e professores como o Grupo Ecológico Kaa-Eté, possam servir de estímulo para as demais comunidades escolares promovendo aprendizagens significativas e ativas dos educandos.



OS ELEMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os elementos da História da Educação Ambiental vêm de longas datas. Em 1969 é lançado nos Estados Unidos o primeiro número do Journal of Environmental Education. (Jornal da Educação Ambiental). Em 1970 inicia-se o uso da expressão environmental education nos Estados Unidos, a primeira reação a aprovar a Lei sobre Educação Ambiental. Em 1971 é criada a associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Em 1972 ocorreu a conferência de Estocolmo/ Conferência da ONU sobre o ambiente humano. A conferência é considerada um marco histórico e político internacional, decisivo para o surgimento de políticos de gerenciamento do ambiente. Em 1975 ocorre em Belgrado, Iugoslávia, um encontro internacional em Educação Ambiental, onde são formulados os princípios e orientações para um programa internacional de educação ambiental. A Educação Ambiental deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. O encontro de Belgrado gera a carta de Belgrado, um documento histórico na evolução do ambientalismo. A seguir é exposto um trecho da carta de Belgrado:

Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento que possam melhorar as condições do mundo, mas tudo isto não se constituirá em soluções de curto prazo, se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, ente escola e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. É neste sentido que devem ser lançadas as fundações para o programa mundial de educação ambiental que tornem possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e efetivamente a elevação da qualidade de vida para a geração presente e futuras (BRASIL, 1998, p. 31).

Em 1977 a conferência de Tbilisi (CEI, Geórgia), foi o evento mais importante para a evolução da Educação Ambiental no mundo, para o desenvolvimento da Educação Ambiental, foi recomendado que se considerassem todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos; que a Educação Ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimento, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para



participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais; que se mostrassem, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países poderiam produzir conseqüências de alcance internacional; que suscitasse uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade e enfocando-as através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadas que fosse concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais, em 1978 a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve o projeto natureza (1978-1985).

Em 1984 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta resolução estabelecendo diretrizes para as ações de Educação Ambiental. Em 1988 é promulgada a constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre o meio ambiente e vários outros artigos afins, em 1989 é criado o IBAMA. O IBAMA foi formado pela fusão da SEMA, SUDEPE, Sudhevea e IBDF. Em 1991 o MEC instituiu em caráter permanente um grupo de trabalho para a Educação Ambiental.

Em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Rio- 92, a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da (UNCED) com a participação de 170 países, secretariado por Maurice Strong o mesmo da conferência de Estocolmo (1972), em 1995, o MEC cria o curso técnico em Meio Ambiente e de Auxiliar técnico em Meio Ambiente, como habilitação em nível de 2o grau. Em 1996 são elaborados os novos Parâmetros Curriculares do MEC. O tema meio ambiente é tratado de modo transversal no currículo. Em 2000 A universidade Católica de Brasília – UCB – torna-se a primeira Universidade brasileira a implantar um programa de Educação Ambiental, de forma sistêmica, em sua estrutura, incluindo a incorporação da ecoeficiência e a capacitação de todos os seus funcionários, professores e estudantes.

CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental é variado, conforme as circunstâncias, contextos, interpretações, influências e vivências de cada um. Para muitos, a Educação Ambiental se resume em trabalhar questões relacionadas à natureza: lixo, poluição, paisagens naturais, animais, etc. Dentro deste enfoque a Educação Ambiental assume um caráter mais realista,



embasado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso (pensamento positivista). Neste Contexto, a Educação Ambiental é ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável (apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos sócio - ambientais). (ADAMS, 2005).

A seguir selecionamos e apresentamos alguns conceitos de Educação Ambiental retirados de documentos oficiais e de autores que são estudiosos e pesquisadores da área ambiental:

I - Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental – Tbilisi, Geórgia (ex URSS).

II – A definição oficial de educação ambiental, do Ministério do Meio Ambiente: “Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros”.

III – De acordo com o conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92 “A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio - econômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro.” (in Leão & SILVA, 1995).

IV – O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levam à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.



V – A Lei Federal no 9.795 define a Educação Ambiental como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (art. 1o, Lei Federal no 9.795, de 27/4/99).

VI – Para a UNESCO “A educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquire conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987)”.

VII– Na conferência de Estocolmo em 1972 “A finalidade da educação ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros” (UNESCO, 1976, p. 2).

VIII – Stapp et alii (1969), definiu a Educação Ambiental como um processo que tem como objetivo a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas.

IX – Mellowes (1972), define que Educação Ambiental seria um processo no qual deveria ocorrer o desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento de relação do homem com o meio.

X – Para Aziz Ab’ Saber a “Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamento, tanto no âmbito individual quanto coletivo”.

XI – Segundo Lucas (1980) a EA tem sido entendida e desenvolvida enquanto educação sobre o ambiente, educação no ambiente, educação para o ambiente e pelas classes formadas pelas possíveis combinações entre estas três categorias. A educação sobre o ambiente procura desenvolver o conhecimento e a compreensão, incluindo as capacidades necessárias para obter este conhecimento. A educação para o ambiente procura a preservação



ou melhoria do ambiente. Ambas são caracterizadas pelos seus objetivos. Por outro lado, a educação no ambiente caracterizada-se por ser uma técnica de ensino - aprendizagem, e o termo ambiente geralmente significa o mundo fora da sala de aula ou, de uma forma geral, o contexto natural e/ou social em que as pessoas vivem.

XII – Educação Ambiental é “o processo de reconhecer valores e aclarar conceitos para criar habilidades e atitudes necessárias que sirvam para compreender e apreciar a relação mútua entre o homem, sua cultura e seu meio circundante biofísico. A educação ambiental também incluiu a prática de tomar decisões e auto-formular um código de comportamento com relação às questões que concernem à qualidade ambiental” (GONÇALVEZ, 1990).

XIII – Educação Ambiental é “o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas interligações com o homem na busca de soluções que visem a preservação do meio ambiente” (SANTOS, Antônio Silveira R. dos. A importância da Educação Ambiental. Jornal A Tribuna – Santos - SP, 31.5.99).

XIV – Faria (1992) define educação ambiental como conhecimento das estruturas, de composição e da funcionalidade da natureza, das interferências do que o homem produziu sobre esta estrutura, essa composição e essa funcionalidade.

XV– Segundo Gonçalves (1990) a Educação Ambiental não deve ser entendida como um tipo especial de educação. Trata-se de um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade; devem estar envolvidos. O processo de aprendizagem de que trata a educação ambiental, não pode ficar restrito exclusivamente à transmissão de conhecimentos, à herança cultural do povo às gerações mais novas ou a simples preocupação com a formulação integral do educando inserindo em seu contexto social. Deve ser um processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e de sua comunidade. Deve ser um processo crítico, criativo e político, com preocupação de transmitir conhecimentos, a partir da discussão e avaliação crítica dos problemas comunitários também da avaliação feita pelo aluno, de sua realidade individual e social, na comunidade em que vive”.

XVI – Educação Ambiental é “um processo no curso do qual o indivíduo consegue assimilar os conceitos e interiorizar as atitudes mediante as quais adquire as capacidades e comportamentos que lhe permitem compreender e julgar as relações de interdependência estabelecidas entre a sociedade, com seu modo de produção, sua ideologia e sua estrutura de



poder dominante, e seu meio biofísico, assim como para atuar em consequência da análise efetuada” (Pedro Cañal, José E. Garcia e Rafael Porlán).

XVII – Para Jaume Sureda e Antoni J. Colom deve ocorrer “conjunção e coordenação de três fases ou etapas: educação sobre o meio (em referência explícita aos conteúdos), educação através do meio (incidência metodológica e mediadora) e educação em papel do meio (mensagem axiológica e teleológica)”.

XVIII – “A EA deve considerar o Meio Ambiente em sua totalidade, deve ser contínua, deve atingir todas as faixas etárias, ocorrer dentro e fora da Escola e examinar as questões ambientais locais, nacionais e internacionais, sob um enfoque interdisciplinar. Estes princípios devem orientar nossas ações” (JOÃO AGNALDO DA COSTA MUNIZ).

XIX.– “A educação ambiental se torna um exercício para a cidadania. Ela tem como objetivo a conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam Ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente natural que a cercam. Essa conscientização se dá a partir do conhecimento dos seus recursos, os aspectos da fauna e da flora gerais e, específicos de cada região; e, os problemas ambientais causados pela exploração do homem, assim como os aspectos culturais que vão se modificando com o passar do tempo e da mudança dos recursos naturais, como a extinção de algumas espécies, por exemplo. O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento (...) A educação ambiental é um exercício para a participação comunitária e não individualista” (MÁRCIA HELENA QUINTEIRO LEDA-FONTE MARCOS REIGOTA)

) XX– “Sou um pouco avesso a definições fechadas. Peço desculpas as pessoas veteranas na área, mas seria mais interessante falar de um breve histórico da evolução do conceito de Educação Ambiental (EA), desde o seu aparecimento em 1965, na Royal Society of London, quando foi associado à preservação dos sistemas vivos. Já na década de 70, a União internacional de Conservação da Natureza (UICN) associou o mesmo à conservação da biodiversidade. Como um prolongamento da história Conferência de Estocolmo (1972) e da Reunião de Belgrado (1975), na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental promovida pela UNESCO em Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), em 1977), a Educação Ambiental (EA) foi definida como “um processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios físicos. A EA também



envolve a prática para as tomadas de decisões e para as auto-formulações de comportamentos sobre os temas relacionados com a qualidade do meio ambiente”. No Fórum das ONGs, realizado paralelamente à Conferência Rio 92 (o qual produziu a Agenda 21), referendando e ampliando o conceito anterior, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, “reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social e para criar sociedades sustentáveis e equitativas (socialmente justas e ecologicamente equilibradas)” e considera a EA “um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário”. Como se vê, aqui já se constata uma profunda transformação de uma visão extremamente naturalista e antropocêntrica (animais e plantas servem para...), confundindo natureza e meio ambiente (que é uma representação social), para uma conceituação que envolve outras dimensões, além da ecológica: afetiva, social, histórica, cultural, política, ética e estética. A própria Constituição de 1988 e a Lei da EA (Lei 9795 de 27/04/1999) incorporam esta evolução conceitual, como se vê no art. 1º da mesma: “Entende-se por educação ambiental os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Fernando Antônio Guerra).

MODALIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No ambiente urbano das médias e grandes cidades, a escola, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e conseqüente da sociedade, uma vez que há o repasse de informações isso gera um sistema dinâmico e abrangente a todos. O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Atualmente, são comuns à contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução, ou mesmo destruição dos habitantes faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente. Dentro deste contexto, é claro a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável a compatibilização de práticas econômicas e conservacionista, com reflexos



positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos. Desta forma, precisamos subdividir a Educação Ambiental em formal, informal ou não-formal. A Educação Ambiental formal é um processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino, a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que esta deva ser desenvolvida como sendo uma prática pedagógica integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, não devendo, portanto, ser implantada como disciplina específica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais criados em 1997 contribuem com um avanço nas discussões sobre as questões ambientais visto que meio ambiente faz parte dos temas transversais que deve ser abordado na educação formal. “A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais em um âmbito da escola, pois os valores que se querem transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-lo (BRASIL, 1998).” A Educação Ambiental não-formal é aquela exercida fora das instituições de ensino, é exercida nos mais variados espaços da vida social, com metodologias, componentes e formas de ação diferentes da formal. Seu caráter não-formal coloca-a em contato com outros atores sociais que também atua com a questão ambiental, tanto no espaço público quanto no privado. Essa modalidade é muito exercida pelos sindicatos, ONG’s, empresas, secretarias de governo, as associações de classe, igrejas e outras. O fato de ser praticada em diversos espaços da vida social não a impede, porém de ter objetivos, metodologias e periodicidade claramente definidos. A Educação Ambiental informal é aquela também realizada fora das instituições de ensino, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e o público-alvo muito variável em suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental etc), ou seja, não possui necessariamente compromisso com a continuidade, nem exige que defina claramente sua forma de ação, metodologia, tipos de avaliação etc. São exemplos da Educação Ambiental informal: peças teatrais sobre questões ambientais, debates em rádios, programas de rádio e TV, publicação em livros, bem como, campanhas publicitárias que chamam a atenção da população para questões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O grupo Kaa-eté, cumpre seu papel de trabalhar de forma extraclasse as questões ambientais desde 1978, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, um grupo que construiu e que continua a construir parte da História da Educação Ambiental em Porto Alegre, fazendo reuniões com seus membros, convidando palestrantes, elaborando oficinas, palestras e atividades que atendem a essas necessidades tentando garantir o cumprimento das legislações educacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei das Diretrizes e Bases da Educação brasileira, LDB. O Grupo Ecológico Kaa-eté (Mata Virgem) nasceu com a missão de promover a defesa da natureza, envolvendo principalmente na década de 1980 a defesa da Floresta Amazônica, bem como difundir a Educação Ambiental, idéias e projetos ambientais. O grupo foi pioneiro na defesa ambiental, pois a introdução das questões ambientais nos currículos escolares do Brasil data da década de 80, e ganha novo impulso após a Rio-92. Acreditamos que a divulgação de trabalhos desenvolvidos extraclasse, por grupos de estudantes e professores como o Grupo Ecológico Kaa-Eté, possa servir de estímulo para as demais comunidades escolares promovendo verdadeiras aprendizagens que levem a reflexões ambientais e cognitivas dos educandos. A nossa tradição escolar, radicalmente formal, tem impedido o desenvolvimento de uma cultura pedagógica que valorize o patrimônio de conhecimento que o aluno construiu (aprendizagem significativa por meio de atividades informais) e constrói fora do espaço da sala de aula. No fundo, esta dificuldade traduz em relevância absoluta em que se dá à qualidade formal do conhecimento. O saber sistematizado incorpora um tipo de hegemonia que beneficia extratos restritos da sociedade em detrimento da coletividade. Os resultados desta pesquisa demonstram a importância dos grupos de estudos e pesquisas dentro das escolas como uma forma de promoção de aprendizagem significativa e ativa.

REFERENCIAS

- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. In: **Cadernos de Pesquisa**. n. 113, julho, 2001.
- ANDRÉ, Marli. A Jovem Pesquisa Educacional Brasileira. In: **Revista Diálogo Educacional**. Programa de Pós-graduação em Educação. PUC-PR v. 6, n.º 19, set/dez, 2006.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.



CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. CHIZZOTTI, A. (1991): Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657

GATTI, Bernardete Angelina. Pesquisar em Educação: consideração sobre alguns pontos-chave. In: **Revista Diálogo Educacional. Programa de Pós-graduação em Educação**. PUC-PR v. 6, n.º 19, set/dez, 2006.

GUARIM, Vera Lúcia M. S. **Barranco Alto: uma experiência em Educação Ambiental**. Cuiabá: INEP, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. **Educação Ambiental: um olhar sobre Dissertações e Teses**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. v. 6, n. 2, Porto Alegre, Mai./Ago., 2006.

LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia de Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

REIGOTA, M; NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.) **Caminhos da educação ambiental**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2003.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BRACÉLOS, V.H.L.(orgs). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Dialogo Educacional**. Curitiba, v.16, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento. 12ª Edição.1987.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: **Revista de Estudos Avançados da USP**, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (orgs.). **Educação Ambiental e Cidadania – cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos, SP: RIMA, 2002.